



ACÓRDÃO Nº1043/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1826/2012.

Apensos: Processo nº 6154/2011.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA

4- Exercício: 2011

5- Responsáveis: José Aldemir de Oliveira, ex-Reitor e Ordenador de Despesa

6- Unidade Técnica: DICAD/AM

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 625/2016-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Indireta Estadual (Autarquias, Fundações e Fundos Especiais). Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Exercício de 2011.

Regularidade com ressalvas. Determinações.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Universidade Estadual do Amazonas - UEA, exercício 2010, do Sr. Jose Aldemir de Oliveira, ex-Reitor e Ordenador de Despesas, nos termos do nos termos do inciso II do artigo 1º e inciso II do artigo 22 da Lei estadual nº 2.423/96, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei estadual nº 2.423/96.

9.2. Determinar à Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

9.2.1. corrija as falhas detectadas na contabilidade da Secretaria, de modo a cumprir os normas contábeis da Lei Federal nº 4.320/64, princípios da competência e oportunidade e o Manual de Contabilidade aplicável ao setor público, em obediência;



ACÓRDÃO Nº1043/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 9.2.2. envie esforços no sentido de melhorar os controles sobre as conciliações bancárias e contábeis
- 9.2.3. revise todos os contratos de concessão dos espaços públicos da UEA disponibilizados para terceiros.
- 9.2.4. zele pelo adequado preenchimento das informações no sistema E-Contas, nos termos da Resolução nº 13/2015-TCE/AM, alimentando-o com todas as informações determinadas;
- 9.2.5. adote procedimento licitatório, evitando fracionamento de despesas, em respeito ao art. 2º e §5º do art.23 da Lei federal nº 8.666/93;
- 9.2.6. observe e seu contratos as regras disciplinadas nos arts. 54 e 55 da Lei federal nº 8.666/93;
- 9.2.7. reveja o procedimento de centralização de pagamentos de despesas de todos os Órgãos pela SEFAZ, a fim de evitar juros por atrasos nos pagamentos;
- 9.2.8. envie a relação de tomadores de adiantamento para SEFAZ de forma tempestiva.
- 9.2.9. realize as manutenções necessárias na caixa d'água das unidades da UEA.
- 9.2.10. mantenha a fiscalização nos contratos realizados com a Fundação Muraki no sentido de verificar a eficiência e eficácia da prestação dos serviços.
- 9.3. Determinar** a Controladoria Geral do Estado - CGE que cumpra seu dever constitucional de controle interno, nos termos do art. 74 da CF/88, perante os órgãos do Estado do Amazonas, sob pena de aplicação de multa prevista no inciso VI do art. 308 do RI-TCE/AM (multa por grave infração à norma legal).

O Relator acolheu em sessão o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, excluindo da sua proposta de voto a autorização para a realização de inspeção extraordinária com o intuito de apurar a atuação da Fundação Muraki nos diversos contratos com a UEA.



ACÓRDÃO Nº1043/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de Dezembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público: Dra. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral